

LIBRAS PARA EDUCANDOS SURDOS E OUVINTES

Alex Dornelles Nardon¹

Fabiano Lanes de Lanes²

Laércio Lanes de Lanes³

RESUMO: Os surdos eram considerados incapazes de aprender por serem deficientes, a partir do século XVI essa visão mudou, ocorrendo a transformações, na Europa, se preocuparam com esse grupo. Ernest Huet ou Eduard Huert, lutou pela educação dos surdos, por sua vez, foi acometido por uma doença aos 12 anos de idade, teve a melhor educação da época, aprendendo Língua dos Sinais Francesa, em escola privada. Fundada o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Em 1957 em funcionamento o Instituto de Educação dos Surdos-INES, até a atualidade. No passado os surdos eram insistidos na oralização, não interagiam com os ouvintes, reparavam com intenso ensino orofacial, movimentos lábios e músculos da face. A constituição Federal de 1988 trata do atendimento educacional especializado preferencialmente no ensino regular. A lei nº 9. 394/96, Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, professores especializados ou devidamente capacitados para atua em sala de aula. O ensino de libras deve ter uma linguagem estabelecida, com planejamento, formação de sinais, exploração do espaço. À parte da grade curricular. Sancionado LIBRAS como comunicação e expressão do país. Promove o acesso a comunicação e informação ao surdo. Autonomia lingüística e aos ouvintes a possibilidade de aprender uma nova linguagem. Família responsável pelo caráter em construção do educando. Desafio âmbito escolar, professor papel fundamental sobre prática pedagógica de ensino. Engajada na linguagem de sinais. A criança surda tem o direito de ter um interprete na tradução e interpretação de Libras. Barreiras de educando surdas são inúmeras. A educação é universal incluindo as diversidades. Estabelece a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização. Aquisição de sinais pelos ouvintes. O ensino Bilíngüe vem ganhando espaço ao longo dos anos. As escolas vêm com a proposta de tornar acessível às crianças duas línguas no contexto escolar. Valorização de escolas bilíngües.

2429

Palavras-chave: Libras. Surdos. Educação. Introdução.

¹ PROFOP-R2-Letras Libra pela Faculdade IBRA (2024). Pós-graduação em Gestão de Segurança Pública-FITEC, Faculdade IBRA (2023). Pós- graduando em Direito Penal e Processual Penal -FITEC (IBRA). pela Faculdade IBRA.

²Pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal -FITEC (IBRA), Pós-graduação Inteligência Policial e Prisional (2020), pela Faculdade IBRA. Licenciatura plena em matemática (2010), pela Faculdade URCAMP.

³ Pós-graduação em Inteligência Policial e Prisional (2020), pela Faculdade IBRA. Pós- graduando em Direito Penal e Processual Penal -FITEC (IBRA). Acadêmico em português Letras R2 pela faculdade IBRA e licenciatura plena em Matemática (2009), pela Faculdade URCAM.

ABSTRACT: The deaf were considered incapable of learning because they were disabled, from the 16th century onwards this view changed, with transformations occurring in Europe that concerned this group. Ernest Huet or Eduard Huert, fought for the education of the deaf, in turn, was affected by an illness at the age of 12, had the best education at the time, learning French Sign Language in a private school. The Imperial National Institute of Deaf-Mutes was founded. In 1957, the Institute of Education for the Deaf-INES was in operation until the present day. In the past, the deaf were insisted on oralization, they did not interact with listeners, they noticed with intense orofacial teaching, lip movements and facial muscles. The Federal Constitution of 1988 deals with specialized educational services, preferably in regular education. Law nº9. 394/96, Guidelines and Bases of Brazilian Education, specialized or duly trained teachers to work in the classroom. The teaching of Libras must have an established language, with planning, formation of signs, exploration of space. Apart from the curriculum. Sanctioned LIBRAS as communication and expression of the country. Promotes access to communication and information for the deaf. Linguistic autonomy and listeners the possibility of learning a new language. Family responsible for the character under construction of the student. The deaf child has the right to have an interpreter translate and interpret Libras. Barriers for deaf students are numerous. Education is universal including diversities. Establishes accessibility in communication and signaling systems. Acquisition of signals by listeners. Bilingual teaching has been gaining ground over the years. Schools come up with the proposal to make two languages accessible to children in the school context. Valuing bilingual schools.

2430

Keywords: Libras. Deaf. Education. Intrduction.

I INTRODUÇÃO

A aprendizagem de crianças na fase de anos iniciais ou do ensino fundamental é caracterizada por descobertas diferentes da realidade vividas por elas no convívio familiar, além dos pais a escola deve estar constantemente envolvida a estimulá-la e motivá-la a aprender, pois a criança ainda não tem a noção do que irá aprender, portanto além da linguagem portuguesa deverá ser ensinada também a linguagem brasileira de sinais (LIBRAS), impulsionando sua participação a fim de alcançar sucesso e melhoria das relações interpessoais.

A educação ensinada de LIBRAS é fundamental para crianças ouvintes, além das surdas, vem contribuindo na sua integração, inclusão social, superação de preconceitos de maneira a qual os alunos irão aprendendo a respeitar as diferenças e a valorizar as particularidades individuais de cada ser.

Com a inicialização da educação LIBRAS desde pequenos possibilita aos ouvintes a interação com crianças surdas, estimulando as habilidades biolinguísticas que o cérebro pode

oferecer, ajudando no desenvolvimento das capacidades de atenção, concentração e expressão corporal, evitando os preconceitos vividos.

O objetivo principal deste trabalho é formar cidadãos conscientes, sensibilizando as crianças ouvintes ao seu papel na sociedade, tornando-se agentes de mudanças, ampliando a visão do mundo, na comunidade, aprendendo LIBRAS de forma abrangente, resultando em igualdades e oportunidades á todos.

No estudo foi utilizada a metodologia de aquisição da Língua Brasileira de Sinais, ou seja, linguagem visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo, se aprimorando da linguagem natural usada pela comunidade surda brasileira. Estudos sobre essa língua foram iniciados no Brasil pela Gladis Knak Rehfeldt (*A língua de sinais do Brasil*, 1981).

2 DESENVOLVIMENTO

A escola tem o papel fundamental na formação de cidadãos proativos, capazes de realizar boas condutas e práticas excelentes para construção da sociedade, começando pelo ambiente educacional, incluindo os portadores de deficiência auditivos, os surdos.

Com a inclusão escolar, as escolas ou instituições têm o dever de disponibilizar 2431 matrículas para todos os alunos portador de alguma deficiência e as esferas governamentais garantindo o suporte necessário para atendê-lo, além de interprete como mediador no processo ensino-aprendizagem do educando surdo no ensino de libras, permitindo que o aluno surdo possa adquirir o bilingüismo e assim os demais da sala de aula e comunidade escolar.

A família deve estar presente na educação escolar desse aluno com necessidade, auxiliando o desenvolvimento e contribuindo com o professor que deve ter um planejamento didático auxiliador na interação de todos da sala de aula, garantindo o seu pleno desenvolvimento educacional.

2.1 A Disciplina LIBRAS

Há séculos atrás pessoas surdas eram consideradas no mundo seres incapazes de aprender por ser deficientes a partir do século XVI essa visão começou a mudar, ocorrendo transformações, no primeiro momento na Europa, educadores por conta própria começaram a se preocupar com este grupo de pessoas surdas.

Ernest Huet ou Eduard Huert, também conhecido, foi um educador marcante pela luta da educação de surdos, que por sua vez foi acometido por uma doença, perdendo sua audição aos 12 anos de idade, como era de família nobre da rança, teve cedo acesso a melhor educação na sua época, aprendendo a Língua de Sinais Francesa no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, tornou-se a inspiração, fundada então, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos em 26 de setembro de 1856 de caráter privado. Por volta do ano de 1957 foi denominado o Instituto Nacional de Educação dos Surdos-INES, em funcionamento até a atualidade.

Houve uma votação no congresso de Milão no dia 11 de setembro de 1988 sobre a utilização da linguagem de sinais onde alguns educadores foram desfavoráveis, ocorrendo um atraso no processo da modalidade de ensino.

No Brasil historicamente há vários anos os surdos são excluídos, oferecendo apenas a linguagem tradicional, oral e escrita nas salas de aulas, sendo um desafio diário enfrentado, num sonho de uma escola igualitária, com práticas educativas revolucionárias, formando um cidadão pleno de seu compromisso (Silva; Pereira, 2003; Damázio, 2007; São Paulo, 2007).

No século passado, as escolas insistiam na oralização dos alunos surdos, não os integrando na sociedade ouvinte (Perlin; Strobel, 2006). Os alunos surdos eram submetidos a longos treinamentos auditivos e fala, na busca constante que eles deixassem de ser menos surdos ou deficientes, aproximando dos ouvintes normais (*ibidem*). 2432

A oralidade refletia a preocupação com a “reparação” da surdez, poderia ser conseguido com o investimento da linguagem oral, os professores e alunos deveriam falar, a leitura se daria por meio de orofacial, dos movimentos dos lábios e músculos da face, sendo proibida a linguagem de sinais, acreditavam que inibia a fala (São Paulo, 2007, p.15).

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu artigo 208, Inciso III, que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve se der preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p.70).

A lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar principalmente professores especializados ou devidamente capacitados para atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula.

De acordo com Quadros, 2004, crianças surdas devem ter a aquisição da língua visual-espacial por meio da Libras (linguagem Brasileira de Sinais), a escola deve estar atenta a programas que garantam esse acesso, mediante a interação lingüística. A escola regular deveria

estar organizada para receber esse aluno, garantindo acesso a todos os conteúdos na própria língua da criança.

“Mais que uma língua, as pessoas surdas precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e exercitem a capacidade cognitiva desse aluno. Obviamente, são pessoas que pensam, raciocinam e que precisam como os demais de uma escola que explore suas capacidades, em todos os sentidos. (Damázio, 2005, p.113)’.

Conforme Santos Filho ET, (2016), visual no ensino da Libras ao educando surdo deve estar sempre do planejamento didático do professor, com conteúdos sistematizados com base nos aspectos da gramática da linguagem estabelecidas por Quadros (apud Basso ET., 2009, p.32):’estabelecimento nominal, estudo do sistema verbal, estabelecimento do olhar, formação de sinais (derivação, flexão e incorporação), exploração do espaço como marco temporal, aspectos não manuais, classificadores e sintaxe”.

A disciplina Libras ainda está á parte da grade curricular, sendo apenas um instrumento entre surdos e ouvintes, a educação de surdos no Brasil apresenta um divisor de águas o decreto 5626/2005, que regulamenta a lei de LIBRAS. Sua inclusão auxilia o desenvolvimento das crianças, importante medida de política pública. Apenas em 24 de abril de 2002, através da lei nº 10.436, sancionou como meio legais LIBRAS, como comunicação e expressão no país.

2433

A importância da disciplina de Libras é a promoção da comunicação e acesso as informações aos surdos, facilita a integração á sociedade, bem como a construção da cultura e identidade da comunidade surda brasileira, é uma modalidade visual-espacial, utilizada na Libras, permite ao aluno a expressão de seus sentimentos, emoções, apelos e sensações, ela não é universal, podendo mudar de região, origem, grupos, dando origem a gírias ou linguagem local. As escolas passam pelo processo da aquisição da língua de sinais, dando mais autonomia lingüística ao seu aluno surdo e aos ouvintes a possibilidade de aprender uma nova linguagem para seu desenvolvimento coletivo, raciocínio, com um conhecimento específico.

Através da língua de sinais utilizada pelas comunidades surdas, apresentam propriedades específicas das línguas naturais.

2.2 Famílias na Escola

O agente primário da socialização e responsável pela formação do caráter de um cidadão é a família, através dos exemplos de seus pais, é ela que vai zelar, cuidar, promover saúde, bem estar e dar proteção, está construindo sua identidade própria, quando existem limitações da

criança evidenciada através de suas deficiências seja física ou mental, desmorona a ideologia de que tudo esta bem, tendo uma nova postura e maneira diferentes de lidar, um ouvinte pode se tornar surdo ou nascer de uma família de surdos, aprendendo a conviver com o diferente.

A educação inclusiva atualmente é um dos grandes desafios no âmbito educacional brasileiro, que envolve a todos, não somente a pessoa com necessidades educacionais especiais, mas também, o ambiente escolar e a família, de modo que os educadores têm um papel fundamental sobre a prática pedagógica de ensino, diante do desafio da inclusão na sala de aula (BENASSI, 2014).

Onde na família todos são surdos, a comunicação ocorre naturalmente. Já a criança que nasce já com surdez vem a perguntar, “como a família ouvinte vai lidar com a situação? são várias etapas a percorrer. Adaptações ocorrem desde o inicio, onde os pais detectam sua existência.

A família deve estar engajada no aprendizado da linguagem de sinais para a comunicação com seu filho surdo, possibilitando a interação com o mundo, tornando convívio familiar agradável e feliz.

No processo escolar de aprendizagem as famílias devem participar ativamente no cotidiano do aluno surdo, pois ele irá se dedicar mais, com esforço, se sentir amado e apoiado, conseguindo alinhar sua rotina, acompanhar e ajudá-la, já a escola traz o dialogo os saberes, contradições memórias e valores, reafirmando a opção de adotar perspectiva da educação e crescimento do ser integral.

São vários os desafios da família para conseguir a inclusão social de seu filho, entre eles acesso a informação para surdos, lazer e cultura, atendimento da saúde e órgãos governamentais no auxilio.

A escola deve ser clara no seu método de ensino, princípios e regras, esclarecendo a família, por sua vez, irá procurar uma instituição que se adapte ao perfil daquilo que acredita e vive.

A criança surda tem o direito de ter um intérprete na tradução e interpretação de Libras, o professor é a peça fundamental neste processo, destacando-se nas instituições educacionais

Matricular os filhos em uma escola que o bilinguismo é atuante deixa as famílias seguras, a escola torna-se atrativa, os educandos aprendem a valorizar as novas culturas e modos de vida diferente do seu, preparando-os para o próximo século.

2.3 Inclusão Social para Surdos na Escola

As barreiras de comunicação de pessoas surdas são inúmeras, devido aos aspectos sociais e culturais, com desigualdades e impedimentos ao crescimento do indivíduo, somente com educação de políticas públicas adequadas será feita a efetivação e integração deste cidadão, elas necessitam ser assistidas de forma continua e precocemente para vencer os obstáculos enfrentados diariamente pela falta de acessibilidade de sua condição física, sensorial, intelectual e psicológico de forma saudável e autônoma.

A educação é universal incluindo as diversidades, fugindo dos modelos padrões, valorizando estudantes e famílias que sofrem com um cenário de exclusão e fracassos escolares, já que tiveram por muito tempo seu acesso negado, com avanços de aumento de matrículas.

A inclusão escolar deve atentar a diversidade e contemplação dos conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos (PORTARIA nº 555/2007/MEC), acolhendo-o, integrando-o, alocando-o como os demais, valorizando as diferenças, pautados na biopsicossocial do indivíduo, inserindo-o no contexto social (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019).

De acordo com o Decreto nº 5.626/05 deixa bem claro, no seu artigo 14, capítulo IV, inciso II: “Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; assim como no inciso V: apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos” (BRASIL, 2005, p. 12). 2435

A lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, mesmo assim ainda há necessidade de se desconstruir concepções clínicas que ficaram arraigadas nas relações entre Surdos e ouvintes (PAULA, 2018).

A educação infantil é um direito constitucional de todas as crianças de 4 aos 17 anos de idade, vivendo no Brasil, tendo como emenda nº 59/2009 alterada em seus incisos I e VII do artigo 208 da Constituição Federal de 1988, tornando a matrícula obrigatória a partir da pré-escola e o acesso a creche um direito de crianças de 0 a 3 anos de idade, devendo o poder público ampliar sua oferta gradativamente.

A mudança da concepção de deficiência consolidou o direito à educação e a redefiniu em consonância com os preceitos de educação inclusiva, construindo práticas pedagógicas adequadas a todos os alunos, incluindo os surdos e ouvintes.

Através do PPP (projeto político pedagógico), sendo um documento que define diretrizes estratégicas e operacionais de uma instituição de ensino, é a expressão da identidade da escola, dimensionando suas ações, no contexto da educação inclusiva, espera-se a igualdade de direitos e valores das diferenças, como princípio fundamentais a serem respeitadas pelas suas atividades.

Na escola as crianças são instigadas a se redescobrirem, o mundo a sua volta, com brincadeiras multissensoriais e introdução de estratégias do desenvolvimento da comunicação, valorizando a comunicação oral, a sinalizada e demais meios de comunicação bem como o bilinguismo, compartilhando meios diversificados de interações.

Os sistemas educacionais vêm garantindo o acesso as crianças com deficiência á educação infantil, se transformando em efetivas medidas á consecução da meta de inclusão plena, em sua totalidade, visando a sua integralidade, melhorando seu desenvolvimento social estando presente de forma ativa e participativa.

Educação Inclusiva baseia-se no respeito e valorização da cada educando envolvido no processo de ensino-aprendizagem, trazendo grandes desafios no ambiente escolar, requerendo uma transformação desse espaço, sua integração deve acontecer também em sua vida social, futuramente no mercado de trabalho, tornando cidadãos capazes e autônomos em suas decisões. 2436

Através da aquisição da língua de sinais pelos ouvintes, surdos e comunidade escolar, ameniza suas dificuldades de interação, a escola é o espaço propício nas relações humanas, o educando surdo participa do mundo do ouvinte, tornado-se mais complexa a comunicação de sinais. Uma das formas de promover a efetiva inclusão desses alunos é de repensar sobre a língua utilizada pelos partícipes que convivem no espaço escolar, neste caso os surdos e ouvintes, verificarem como ela é aprendida e veiculada. A língua é a porta de entrada para a comunicação e interação entre seus usuários, estreita as relações, promove a discussão e a troca de experiências em diversos níveis e modalidades.

A escola de ensino regular deve incluir uma metodologia de práticas educativas voltadas na qualidade de relações estabelecidas em seu contexto escolar, terem o domínio e usar a linguagem de sinais com professores e intérpretes, trabalhando na valorização dos conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultural surda.

2.3 Bilinguismo na Escola

O mundo está cada vez mais conectado com a globalização, e o espaço escolar formando seus alunos integralmente para o futuro, preparando-o para novas experiências, instruindo o bilinguismo nas escolas, desenvolvendo competências e habilidades linguísticas nas duas formas de linguagem.

As escolas regulares ainda não estão preparadas para atender esse grupo de educando especial, os surdos, com dificuldades de inclusão no contexto escolar, tendo respeito a sua linguagem, não priorizando em quaisquer conteúdos outras formas de apresentação. Para caracterizar-se com escola bilíngüe deve ter um currículo único, integrado e ministrado em duas línguas de instrução. O bilingüismo no Brasil é resultado de uma demanda mercadológica, grande parte deve-se à pressão exercida por pais de alunos de escola regulares.

Surgindo o bilinguismo na década de 80, veio com a proposta de educação para surdos, com a linha teórica defendendo o aprendizado da língua sinalizada precedendo da língua Portuguesa, utilizada na comunidade ao que é inserido.

Em um ambiente bilíngue, “todos” saberiam a língua de sinais e isso abrange todo o corpo escolar: colegas, gestores, professores, funcionários, administradores. A língua de comunicação e instrução seria a Língua de sinais, uma pessoa não necessitaria aguardar a presença de um intérprete para comunicar-se com os funcionários da cantina, da lanchonete para fazer o pedido do seu lanche, nem na biblioteca para pedir o livro que desejasse, uma sugestão de leitura ou tirar alguma dúvida com o professor, bem como, na articulação com seu colega de classe atividades propostas pelo professor quando necessário, teria autonomia para fazer uma reclamação ou agradecimento de forma direta com o coordenador ou diretor, pois estes também saberiam a língua de sinais. A escola estaria estruturada para receber o aluno e não o aluno teria que passar por um processo sofrido para se adequar-se a escola.

2437

O bilinguismo é a capacidade do indivíduo de se comunicar entre dois sistemas linguísticos distintos, assegurando o aprendizado de uma segunda linguagem ou idioma, além da língua nativa, a toda grade curricular da instituição, engloba as habilidades de falar, escrever e compreender com eficiência. Ganhou força nos anos de 1960, nos Estados Unidos da América, implementado no ano de 1979, em Paris, com Danielle Bouvet, iniciou sua primeira turma bilíngüe, onde sua língua gestual Francesa foi ensinada como língua materna dos Surdos e a língua Francesa como segunda língua.

Considerado bilíngue o indivíduo que tem segurança para expressar em duas línguas os mais diversos contextos e ambientes, sendo mais fluente na língua nativa, a dominante. Ocorre quando a criança é exposta às duas línguas desde os primeiros anos de vida, pois já cresce em duas línguas fluentes, adquirindo sua proficiência.

O ensino Bilíngue vem ganhando espaço ao longo dos anos, beneficiando a formação integral dos alunos, valendo-se as habilidades comunicativas, ao ler, ouvir, falar e escrever, nas duas formas de linguagem, interagindo com o outro, passando a ter contato maior com outras culturas, exigindo uma série de mudanças na escola, demandando um bom planejamento para sua equipe educacional, otimizando as habilidades de interpretação, lógica ou compreensão dos alunos.

As escolas vêm com a proposta de tornar acessível às crianças duas línguas no contexto escolar, sendo mais adequada para crianças surdas, tendo em vista a linguagem materna, a linguagem de sinais, pressuposto para o ensino da língua escrita, observando a precariedade da qualidade no processo de inclusão desses alunos, que merecem condições adequadas para a aprendizagem.

A construção de escolas bilíngues faz-se necessário para o desenvolvimento de educando surdo para que possa aprender através da língua falada e usada. Para os professores e demais alunos é uma tendência educacional benéfica, atualizando seus conhecimentos, oportunizando a visão de mundo. 2438

O bilinguismo no Brasil é resultado de uma demanda mercadológica, grande parte deve-se à pressão exercida por pais de alunos de escola regulares. As escolas devem solicitar a Secretaria de Educação intérpretes de Libras, eles têm o papel fundamental para a intermediação comunitária entre a língua Brasileira de Sinais, facilitando e transferindo a língua oral para a gestual, facilitando a comunicação com professores e educando ouvintes.

As escolas que oferecem o bilíngue são valorizadas pelos alunos, pais e comunidade escolar, pois ela demonstra a afinidade com as práticas mais atuais de ensino, gerando um grande impacto positivo na instituição escolar.

Em anos recentes, algumas políticas públicas foram adotadas visando garantir a inserção e permanência de alunos com necessidades específicas nos espaços educacionais, destacamos algumas dessas medidas focando a educação de surdos.

A resolução 02, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no Art. 12 define que “os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001.

Segundo Quadros, 2017. P. 132, a inclusão vai além do ensino de Libras como segunda língua para as demais crianças ouvintes, pois diferente metodologia de ensino de língua fundamentado em proposta de ensino de segunda língua, a Libras, como língua de herança, passa a ser ensinada nesses contextos específicos, com proposta de ensino de primeira língua.

Por fim, o bilinguismo é a melhor proposta de educação surda. Consistindo em dominar a língua de sinais como primeira língua, priorizando as especificidades gramaticais, linguísticas e os aspectos culturais do povo surdo e a escrita do português como segunda língua.

3 CONCLUSÃO

A LIBRA (Libras - Língua Brasileira de Sinais) é um método reconhecido de comunicação que possibilita a interação entre pessoas surdas e ouvintes, permitindo a expressão de sentimentos e experiências, facilitando o acesso à informação e promovendo a inclusão social. Essa língua não substitui a escrita da língua portuguesa, mas contribui para a formação cultural e identitária da comunidade surda. A inclusão da disciplina de LIBRAS no currículo

2439

educacional apoia o desenvolvimento dos alunos, sendo uma política pública que busca a total integração desse grupo de pessoas com deficiência auditiva.

A participação da família do educando na escola é benéfica para todos, pois ele é um agente primário de socialização, contribui para seu comportamento social, permitindo sua adaptação, ajudando na formação de sua personalidade, determinando suas características sociais, a criança se sentirá mais amada e importante aos demais, sendo respeitado por suas diferenciações, buscando interação social com os ouvintes.

A inclusão social para a comunidade surda na escola inicia-se na fase inicial do ensino, na educação infantil, tendo o dever de disponibilizar vagas inclusivas em escola regular, assegurando oportunidades a todos, com professores e interpretes compromissados e capacitados, desenvolvendo seus educandos na sua integridade e totalidade, ensinando valores e respeitando culturas diferenciadas da língua brasileira.

O ensino bilíngue deve começar cedo, ainda nos primeiros anos escolares, devido aos seus inúmeros benefícios. Um ensino que envolve a imersão em uma segunda língua, com métodos, estratégias e recursos pedagógicos bem planejados, oferece resultados excepcionais,

tanto para o aprendizado da língua nativa quanto para a comunidade ouvinte. Aprende-se a linguagem de sinais, partindo da língua portuguesa usada pela comunidade surda.

As instituições de ensino regular devem estar prontas para acolher todos os estudantes, sem distinção de deficiências ou dificuldades, atuando como uma extensão de suas casas, acrescentando conhecimento, acreditando no potencial e ensinando aos ouvintes e comunidades surdas a relevância de trilharmos junto o mesmo caminho, com a esperança de um mundo melhor, livre de desigualdades ou discriminações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Carla Barbosa. DAMÁZIO, Mirlene Macedo. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BENASSI, C. A. *Configuração manual e alfabeto manual de Machado e Benassi 2014: a primeira monografia de pós- graduação lato sensu do Brasil em ELiS*. Palestra proferida no 2º Encontro de Estudos Linguísticos e de Letramento, 2º EGELL, Cuiabá: UFMT, 2014.

BRASIL - Lei Federal 10.436 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Presidência da República, 2002.

2440

BRASIL, Decreto Nº 5.626- regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Presidência da República, 2005.

_____, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 19 de abril de 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Do uso e da difusão da libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação. Artigo 14 capítulo IV, inciso II. Disponível m: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras

províncias. Brasília, 2000. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 24 ago, 2023.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Língua Brasileira de Sinais – Libras. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Brasília: Senado Federal, 2002, p.70.

CONGRESSO DE MILÃO. In: MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma Nova identidade.** Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

CÓRDULA. Eduardo de Lucena. **O ensino de Libras no Ensino Fundamental.** Revista Educação Pública. Rio de Janeiro, São Paulo, 2007, p.15.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum – questões polêmicas e avanços contemporâneos. In: BRASIL. **Ensaios Pedagógicos - construindo escolas inclusivas.** Brasília: MEC/SEESP, 2005, p.113.

DORZIAT, Ana. **Bilinguismo e Surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica.** In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 27-40.

2441

LARCERDA, C.F. **O intérprete educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In: Lodi, Ana Cláudia. Etal. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MACEDO, N. “**Formação de professores em uma perspectiva inclusiva: possíveis contribuições advindas do curso de pedagogia.**” Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Formação de professores em foco. CD. São Paulo, 2009.

MEC, Portaria Nº 5.626- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MEGALE, Antonieta Heyden. **Bilingüismo e educação bilíngüe – discutindo conceitos.** Revista Virtual de Estudos da Linguagem- ReVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Bilingüismo e educação de surdos.** Revista Intercâmbio, São Paulo, v.19, p.62-67, 2009.

PERLIN, G. **Identidade surda e a educação.** In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2006.

Portal Futuro Eventos. **O Papel da Escola e da Família da Criança Surda. Blog TIC TAC: Comunicação & Educação acessíveis.** 4 jun. 2018. Disponível em: <https://www.brisateixeira.com/o-papel-da-escola-e-da-familia-da-crianca-surda/>. Acesso em: 24 ago 2023.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: efeito de modalidade e práticas pedagógicas. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014, p.55-60.

SANTOS FILHO, Genivaldo Oliveira; OLIVEIRA, Rozilda Ramos dos Santos; SOUZA, Rita de Cácia Santos. Na construção da modalidade visual: a pedagogia para a educação dos surdos. *Revista Virtual de Cultura Surda*, Editora Arara Azul, nº 18, jul. 2016.

SILVA, Daniel Neves. Língua Brasileira de Sinais (Libras). Revista Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras.htm#:~:text=O%20trabalho%20de%20Huet%20permitiu,o%20come%C3%A7o%20do%20s%C3%A9culo%20XX>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUZA, R.G. Que palavra que te falta? Lingüística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

2442

THOMA, Adriana da Silva. Comunidades, cultura, identidades e movimento surdo. Apostila do Curso de LIBRAS I. 2009 VYGOTSKY, L.S. Concrete human psychology. Soviet Psychology, v. 27, n. 2, p. 53-77, 1989.